

PORTARIA N. 033/2018

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 124.2018.082

Considerando a identificação por este Ministério Público de Contas de indícios de conluio entre as empresas TRATORENZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e RETENGROL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, participantes do procedimento licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo, Pregão Presencial n. 012/2012, para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

Considerando a verificação de parentescos e/ou relações indiretas entre as empresas vencedoras e aquelas participantes das licitações, após a realização do cruzamento de dados estratégicos, que reforçam os indícios do conluio identificado;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2018.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais